

27/10/2020

APEOESP

122

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

ROSSIELI NÃO ACEITA DIVERGÊNCIAS E VAI À JUSTIÇA CONTRA A PRESIDENTA DA APEOESP

O secretário de Educação do governo Doria, Rossieli Soares, ajuizou uma ação de indenização por danos morais contra a deputada estadual e presidenta da APEOESP, Professora Bebel, em virtude de um pronunciamento feito na ALESP. Trata-se de atitude de extrema gravidade para a democracia.

A ação fere de morte uma prerrogativa e um dever funcional das deputadas e deputados estaduais: exercer a fiscalização das atividades do Poder Executivo.

Participar de reuniões, endereçar pedidos de esclarecimentos, cobrar resultados, agir com energia, é tudo o que se espera de uma deputada ou de um deputado estadual que tenha compromisso mínimo com as expectativas sociais envolvidas na sua eleição.

Secretaria de Comunicação

Bem por isso os parlamentares, de todos os partidos, têm imunidade em relação aos atos afeitos ao exercício do mandato. Mandato esse que exercem, direta e legitimamente, por decisão da soberania popular.

A imunidade é o que assegura o direito de serem duros na cobrança, sem quaisquer constrangimentos. É o que reserva a possibilidade de escancarar as incongruências, as contradições, as injustiças e as iniquidades praticadas pelo Poder Executivo.

Nunca, jamais, a deputada estadual Professora Bebel foi processada por quaisquer dos secretários de Educação com os quais interagiu, na qualidade de presidenta da APEOESP, mesmo nos momentos em que opôs maior resistência, inclusive quando da decretação de greve.

Rossieli e seus desmandos se igualam ao governo Paulo Maluf, que tentou estrangular a APEOESP atacando o financiamento do movimento sindical. É desse lodaçal autoritário que vem a inspiração tanto da recusa sistemática de receber o sindicato quanto a tentativa de calar sua liderança por meio de uma ação judicial.

O QUE ESTÁ EM JOGO NESTE MOMENTO?

Mais do que uma ação judicial, que será rebatida ponto a ponto em foro próprio, é a ação truculenta e autoritária do secretário da Educação, que se recusa a manter uma agenda de diálogo com os representantes dos profissionais da Educação, desrespeita as instâncias democráticas das escolas e pauta sua atuação em exclusiva atenção aos interesses privatistas das escolas particulares. Para isso, buscar agora instrumentalizar o Poder Judiciário visando censurar uma liderança sindical e política dos professores e servidores públicos com o objetivo de dar uma capa de legalidade à sua sanha autoritária.

Esse é o seu *modus operandi*, agravado pela postura frequentemente misógina e machista com que trata servidoras e

interlocutoras, no momento em que o mundo civilizado grita por tratamento digno às mulheres.

Sua ação não causa temor a quem escolheu o lado certo da história e luta a boa luta.

O que causa preocupação, todavia, é o futuro da democracia em São Paulo.

É hora da mobilização. Assim como os irmãos chilenos varreram o autoritarismo e o neoliberalismo da Constituição de Pinochet, é preciso dizer basta a tanto desmando e tanta opressão, antes que seja tarde.

ENTENDA O CASO

Em reunião realizada em ambiente virtual em 2/7/2020 entre membros da diretoria da APEOESP e o secretário da Educação, a presidenta da APEOESP tratou de todos os pontos da pauta de forma profissional, cordial e respeitosa.

No final da reunião um membro da diretoria, integrante da oposição, fez uma pergunta ao secretário sobre suposta contratação irregular de empresa para o Centro de Mídias.

Neste momento, de forma intempestiva e visivelmente alterado, o Secretário encerrou a reunião, não sem antes subir o tom da voz e também criticar a presidenta da APEOESP, publicamente, por ter feito o mesmo questionamento na qualidade de deputada estadual, por intermédio de requerimento de informações e junto ao Ministério Público.

A atitude violenta prosseguiu pelo celular da presidenta, pois o secretário seguiu agindo de forma grosseira, aos gritos, inclusive dizendo que o assessor que redigiu a representação ao Ministério Público deveria ser demitido. Sua postura foi antidemocrática, machista e misógina.

Como se vê, a vítima de constrangimento e danos morais foi a presidenta da APEOESP e não o Secretário. A ação que move contra ela por ter levado o tema a público na ALESP é descabida e apenas demonstra seu espírito autoritário.